

BREVE ANÁLISE ACERCA DOS MARCOS HISTÓRICOS-LEGAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Marília Rulli Stefanini¹

Resumo: A educação diz respeito aos atos de ensinar e aprender, os quais tiveram início com a chegada dos colonizadores em solo brasileiro, sendo que, durante sua evolução, até os dias atuais, rupturas visíveis aconteceram. O presente artigo tem o objetivo de apresentar um breve histórico acerca das principais legislações que positivaram, e positivam, a educação brasileira. Nesse sentido, faz-se, no corpo do texto, análise a respeito dos primeiros vestígios da educação até os dias contemporâneos. A metodologia utilizada pautou-se na coleta de dados por meio de levantamento bibliográfico, documental (leis), bem como em sítios da *web*. Percebeu-se que a educação nunca foi implementada com o intuito de qualidade dos discentes, mas sim de quantidade de egressos com ensino formal, o que se comprova com os altos índices de analfabetos funcionais no país, o que não cumpre ao objetivo principal da educação, qual seja, permitir que o aluno se torne, por si, um cidadão crítico-reflexivo da realidade que o circunda.

Palavras-Chave: Educação. Normas; Brasil. Quantidade.

1 INTRODUÇÃO

¹ Advogada (OAB/MS 14.367), Pedagoga (Faculdade Reunida de Ilha Solteira - SP-2012) e Professora Universitária na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-MS (UEMS), Faculdades Integradas de Paranaíba-MS (FIPAR) e Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul-SP (FUNEC).



alar em educação remete-nos ao conceito de cidadania, uma vez que, aquela é concebida como o direito inerente a toda pessoa humana, ou seja, é um direito pessoalíssimo, integrando o rol dos direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição Federativa do Brasil de 1988, mais especificamente em seu artigo 5º.

As discussões acerca da qualidade da educação no Brail vêm se tornando cada vez mais frequentes nas academias, diante da visualização, por exemplo, de vultuoso número de analfabetos funcionais existentes.

Nota-se que, a maioria dos estabelecimentos educacionais, no Brasil, são compostos por números excessivos de alunos por sala de aula; professores sem preparo didático; baixos salários aos docentes; e, por tais fatores, dentre outros, não são motivados ao exercício da docência.

Por outro lado, há alguns alunos que são resistentes ao conhecimento; preocupam-se, apenas, com a emissão de diplomas de conclusão de curso; e estudam para obtenção de aprovação no ano cursado; Salienta-se que essas são apenas algumas características, não se podendo generalizar a proposição.

Um dos resultados acerca dessa situação, como já mencionado, é o alto índice de alunos considerados analfabetos funcionais, ou seja, aquele alfabetizado (consegue reconhecer letras), contudo, não possui habilidades de interpretação, realização de atividades matemáticas e de congênio.

O presente artigo possui, como foco a apresentação, um breve relato da história da educação brasileira, permeada de pinceladas das principais normas educacionais brasileiras, que asseguram o direito fundamental e indisponível, qual seja, a educação. Entretanto, não se tem a pretensão de esgotar referido assunto, uma vez que o mesmo é tema amplo e de grande discussões.

A metodologia utilizada teve por escopo a obtenção do maior número de informações sobre a história da educação brasileira, o qual se materializou em decorrência dos meios de pesquisa adotados. Foi realizado estudo rigoroso dos dados coletados, para que fosse analisada a origem e o desenrolar da educação, da forma mais realista possível.

Para tanto, o presente trabalho baseou-se em dados bibliográficos extraídos de obras pertencentes a renomados historiadores da educação, tais como Moacir Gadotti e Otaíza de Oliveira Romanelli, análise de normas positivadas (leis), bem como, pesquisa em *sítios da web*.

Por fim, cumpre salientar que o referido artigo possui como foco o estudo do surgimento e mutação da educação no Brasil desde o ano de 1549, quando se iniciou a educação jesuíta, até os dias atuais, traçando-se uma linha tênue de modificação educacional ao longo desses anos.

2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A história da educação brasileira iniciou-se em meados de 1549, quando os primeiros padres Jesuítas (portugueses) chegaram ao Brasil, chefiados pelo padre Manuel da Nóbrega (1549-1759). Desembarcaram em terras brasileiras em marco do ano supracitado, construindo uma escola na cidade de Salvador (Bahia) em um lapso temporal de quinze dias após o desembarque.

Tais padres eram movidos pelo sentimento regilicioso da fé Cristã, apregoando o catolicismo e o labor educativo. Permaneceram como únicos educadores no Brasil por, pelo menos, duzentos anos, ensinando aos nativos a teologia-política.

Com o passar do tempo, novas escolas foram fundadas em todo Brasil, totalizando, no ano de 1570 cinco instituiçõrd basilares (ensino de primeiras letras), localizando-se em Porto

Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Paratininga (PILETT, 1990, p. 32).

Os planos políticos de tais redes de ensino eram pautados na promoção da concentração da administração da colônia (Brasil), nas mãos de Portugal, bem como promover o assessoramento e o ensino da família real, que em solo brasileiro se encontrava.

Posto isso, retirou o sistema de Capitánias Hereditárias, fazendo com que o Brasil se tornasse um vice-reinado, transferindo a capital, da até então colônia, da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro.

Em 28 de junho de 1759 ocorreu a reforma pombalina, ou seja, Marquês de Pombal decidiu extinguir as escolas jesuítas no Brasil e em Portugal, criando, assim, aulas régias de Latim, Grego e Retórica. Referida mudança deixa evidente a ideia de que a mesma somente teve fundamentação nos interesses do Soberano (governo), ou seja, demonstrar ao povo que primeiramente deve-se servir à Coroa, e somente depois tornar-se servo da fé.

Com o evento supracitado, a educação brasileira sofreu notório abalo. Os jesuítas foram expulsos, uma vez que seus ideais eram diferentes dos demonstrados pela Coroa, ou seja, aqueles possuíam interesses em servir a fé, enquanto Pombal pensava a educação como proveito do Estado.

No ano de 1772 foi instituído o subsídio literário, o qual visava retirar a educação brasileira da estagnação. Referido custeio era considerado uma espécie de tributo a ser pago pela população, recaindo sobre a carne, vinho, vinagre, aguardente, dentre outros produtos. Conforme exemplifica Machado:

No Reino e ilhas: 1 real em cada canada de vinho consumido; 4 réis em cada canada de aguardente; 160 réis em cada pipa de vinagre. Na América e na África: 1 real em cada arrádel de carne da que se cortar nos açougues; 10 réis em cada canada de aguardente. Na Ásia: 10 réis em cada canada de aguardente, das que se fazem naquelas terras, debaixo de qualquer nome, que se lhe dê, ou venha a dar (MACHADO, 1972, p.

114).

Criaram-se órgãos específicos para realizar a fiscalização, majoração e implementação de tal tributo, tais como as Juntas Reais e a Real Mesa Censória. Posto isso, tais incidências tributárias, destinavam-se, também:

à compra de livros para a formação de uma biblioteca pública, subordinada à Mesa; a organização de um museu de variedades; a construção de um gabinete de Física Experimental; o amparo a professoras de ler e escrever para meninas órfãs e pobres; a criação de um jardim botânico; a criação de uma cadeira de leitura de “caracteres antigos”; o auxílio para publicação de obras compostas pelos membros da Mesa e pelos professores a ela subordinados; a criação de um curso de matemática em Lisboa, com os professores necessários e finalmente a instituição de duas academias, uma para ciências físicas e outra para belas artes (CARDOSO apud CARVALHO 2002, p. 149- 150).

No entanto, não era cobrado com regularidade, ficando os mestres à espera de solução portuguesa em razão dos seus proventos atrasados. Referido docentes eram nomeados por indicação, sob o pedido dos bispos, e, com a nomeação, referida cadeira era considerada vitalícia.

Com a vinda da família real para o Brasil (1808)m a principal preocupação da Corte era a oferta de educação superior capaz de formar as elites dirigente do país, e não a população em si. Desta feita, D. João criou diversos cursos, tais como: medicina, agricultura e anatomia. Instituiu-se, também, a academia real militar, academia de marinha, artes e ofício, cadeira de economia, desenho técnico, escola real de ciencias e laboratório de química. (FAVÉRO, 2006)

Destarte, como Dom João VI primava pelos anseios da Corte portuguesa em solo brasileiro, não houve incentivo à implementação e desenvolvimento do ensino primário, posto que, a família real e seus acompanhantes já o possuíam.

Nessa seara, Dom Pedro I, filho de D. João VI, em 1822, proclamou a independencia do Brasil. Um ano após referida proclamação, foi instituído no Brasil o método

Lancaster ou de ensino mútuo, no qual haveria apenas um docente para cada grupo de dez alunos.

O sistema monitorial ou método Lancaster, como ficou mais conhecido no Brasil, foi desenvolvido na Inglaterra, no final do século XVIII e início do século XIX, momento em que a Inglaterra passava por uma fase de intensa urbanização, devido ao processo acelerado de industrialização. Seus criadores foram Andrew Bell e Joseph Lancaster. De acordo com a proposta, o professor ensinava a lição a um “grupo de meninos mais amadurecidos e inteligentes”. Os alunos eram divididos em pequenos grupos, os quais recebiam a “lição através daqueles a quem o mestre havia ensinado”. Assim um professor poderia “instruir muitas centenas de crianças” (CASTANHA, 2012, p. 02)

Com a introdução da moral e ética na educação (1922) por João Luiz Alves, em uma tentativa de combater a revolta tenentista contrária ao governo exercido pelo Presidente Arthur Bernardes, e à oligarquia no poder. Assim, com a tentativa de se acalmar e de dominar o povo por meio do ensino de práticas morais e imorais, introduziu-se tais disciplinas para tentar ordenar as condutas sociais.

Posteriormente, em 1824, foi promulgada a primeira Constituição brasileira. Em referido texto normativo, mais precisamente em seu artigo 179, inciso 32, foi garantido a todos os cidadãos a escola primária gratuita. Vejamos: “Art. 179, inciso 32: A instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”(Constituição Política do Império do Brasil, 1824).

O Ato Adicional, criado com a Lei 16 (doze de agosto de 1834), dissolveu o Conselho de Estado criando as assembleias legislativas provinciais. Fato esse que assegurava maior autonomia na seara educacional. Consequência do mesmo foi o partencimento da educação primária e secundária à administração das províncias, sendo que o monopólio do ensino superior e a educação da Corte (RJ) era atinente ao exercício governante da União.

Com o advento do ato supracitado, surgiram dois

sistemas de ensino secundários paralelos, quais sejam, o sistema regular e o irregular. O primeiro era ofertado pelo Colégio de Pedro II (localizado no Rio de Janeiro, e fundado pelo Ministro Bernardo Pereira Vasconcelos), não oferecendo a possibilidade de ingresso no curso superior. Em contrapartida, o segundo modelo possuía cursos que tinham o intuito de preparar o discente para o ingresso no ensino superior.

Todavia, o próprio Colégio Pedro II, no final do império, possuía como maioria dos alunos a elite do país, e por isso, decidiu adotar os cursos avulsos, ou seja, aqueles que tinham frequência livre e avaliações parceladas, no entanto, a duração do mesmo era de um lapso temporal totalizando sete anos (PILETTI, 1990).

Com a primeira República, algumas questionamentos aconteceram em reação à educação no Brasil, tais como a competência para legislar a respeito da educação, a forma como a mesma era ofertada, seus conteúdos, dentre outros pontos, posto que os discursos levantados eram os que se baseavam nos princípios da federação, democracia, convivência social, progresso econômico e independência cultural.

Cumpramos ressaltar que as duas primeiras faculdades de Direito do país surgiram em onze de agosto de 1827, uma em São Paulo (Largo de São Francisco) e outra em Olinda, onde a família real se instalou e desejava o ensino jurídico como nível superior.

Surge, então, a segunda Constituição do Brasil, no ano de 1891. Esta, foi incisiva quanto à competência para o fornecimento da educação.

A Constituição Republicana de 1891, adotando o modelo federal, preocupou-se em discriminar a competência legislativa da União e dos Estados em matéria educacional. Coube à União legislar sobre o ensino superior enquanto aos Estados competia legislar sobre ensino secundário e primário,

embora tanto a União quanto os Estados pudessem criar e manter instituições de ensino superior e secundário. Rompendo com a adoção de uma religião oficial, determinou a laicização do ensino nos estabelecimentos públicos. (RAPOSO, 2005, p. 02)

Na década de 20 iniciou-se grande crise econômica, que originou-se em 1929 com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, fato este que causou grande repercussão econômica mundial, inclusive no Brasil, uma vez que, a economia brasileira da época baseava-se, principalmente, no cultivo e exportação do café, que conseqüentemente teve sua venda reduzida, o que, por fim, gerou a Grande Depressão de 1930.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil tentou manter-se neutro, uma vez que seu regime ditatorial mantinha estrita semelhança com a Alemanha e a Itália, os quais, por sua vez, adotavam o regime do nazi-fascismo. Assim, estabeleceu-se um governo que deveria controlar todos os setores da sociedade.

No entanto, em virtude, principalmente, do torpedeamento dos navios mercantes brasileiros por submarinos alemães, o Brasil se aliou contra as forças do “eixo” (Alemanha, Japão e Itália) e iniciou sua participação na Segunda Guerra Mundial, o que ocasionou crescimento de sua dívida externa, em virtude de inúmeros empréstimos realizados com a finalidade de aquisição de equipamento bélico.

Em referido período ocorreu a inserção do Brasil no mundo capitalista, onde se exigiu e exige-se mão-de-obra mais qualificada para atender às demandas mercantis da sociedade. Para tanto, mister se faz o investimentos em cursos paraprodução de trabalhadores capacitados.

Não existia convivência social saudável, vez que os trabalhadores e a classe média-baixa eram (são) oprimidas pelos soberanos, e, com isso, o café sofreu crise financeira, impedindo, assim, o progresso almejado pelos cafeeiros.

Não obstante, a partir dessa data (1930) alguns direitos foram adquiridos pela população, tais como voto aos maiores de dezoito anos e de ambos os sexos; a jornada de trabalho passou a ser de oito horas diárias; as férias eram remuneradas e existia um salário mínimo. Na seara educacional, ou seja, nesse período temporal, foi criado o primeiro Ministério da Educação e da Saúde Pública.

Em 1931, mais precisamente em 11 de abril, entrou em vigor o Decreto 19.850, o qual instituiu o Conselho Nacional da Educação (PNE) e os Conselhos Estaduais da Educação (CEE). Aquele disciplinava a educação a partir de normas gerais, enquanto estes, a respeito da educação regional de cada Estado-membro. Entretanto, os mesmos começaram a atuar apenas no ano de 1934 (ARANHA, 1996).

Nesse sentido, referido ensino elementar, cuidou da instrução moral, religiosa, leitura, escrita, noções de gramática, aritmética e pesos e medidas. Já no ensino superior eram inseridas dez disciplinas desenvolvidas a partir do ensino elementar.

No fim do século XIX, tentou-se implementar o ideal da Escola Nova, a qual se inspirava nos ideais político-filosófico de igualdade entre os homens e o direito à educação para todos, com o intuito de diminuir as desigualdades sociais existentes (PILETTI, 1990).

Porém, tal movimento só ganhou impulso na década de 30, quando ocorreu a divulgação do Manifesto da Escola Nova, que, por sua vez, defendia a universalização da escola pública, afirmando, ainda, que a mesma deveria ser laica e gratuita.

Posteriormente, na Era Vargas, foram promulgadas duas Constituições Federais. A primeira foi em 1934 dispondo em seu texto, pela primeira vez, que a educação seria direito de todos, e que os responsáveis por sua efetivação era a família e os entes públicos; manteve a estrutura em que a União era responsável pela manutenção do ensino superior e secundário,

estabelecendo regras gerais nacionais; instituiu o Plano Nacional da Educação, em que afirmava ser o ensino fundamental obrigatório e gratuito a todos; e o ensino religioso de presença facultativa aos discentes.

Art 150. Compete á União:

- a) fixar o plano nacional de educação, comprehensivo do ensino de todos os graus e ramos, communs e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do paiz;
- b) determinar as condições de reconhecimento official dos estabelecimentos de ensino secundario e complementar deste e dos institutos de ensino superior, exercendo sobre elles a necessaria fiscalização;
- c) organizar e manter, nos Territorios, systemas educativos apropriados aos mesmos;
- d) manter no Districto Federal ensino secundario e complementar deste, superior e universitario;
- e) exercer acção supletiva, onde se faça necessaria, por deficiencia de iniciativa ou de recursos e estimular a obra educativa em todo o paiz, por meio de estudos, inqueritos, demonstrações e subvenções.

Paragraphe unico. O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, n. XIV, e 39, n. 8, letras *a* e *e*, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá ás seguintes normas:

- a) ensino primario integral gratuito e de frequência obrigatoria extensivo aos adultos;
 - b) tendencia á gratuidade do ensino educativo ulterior ao primario, a fim de o tornar mais accessivel;
 - c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescripções da legislação federal e da estadual;
 - d) ensino, nos estabelecimentos particulares, ministrado no idioma patrio, salvo o de linguas estrangeiras;
 - e) limitação da matricula á capacidade didactica do estabelecimento e selecção por meio de provas de intelligencia e aproveitamento, ou por processos objectivos apropriados á finalidade do curso;
 - f) reconhecimento dos estabelecimentos particulares de ensino sómente quando assegurarem. a seus professores a estabilidade, enquanto bem servirem, e uma remuneração condigna.
- (BRASIL, Constituição Federal, 1934)

após esse avanço, no ano de 1937, Getúlio Vargas, com a decretação do Estado Novo, instaurou uma Constituição autoritária, conhecida também como Polaca (pois basevou-se na Constituição da Polônia), a qual barrou o avanço da educação brasileira, pois o controle da educação encontrava-se, apenas, nas mãos do Estado (CARNEIRO, 2009)

Essa nova Constituição retrocedeu a educação brasileira, uma vez que o Presidente detinha poderes irrestritos para ratificar, ou não, os condidatos eleitos; conceder aposentadorias, ou não, aos funcionários; abolir os direitos assegurados pela Constituição; e instituir decretos-lei.

Assim, referido texto constitucional não faz menção à gratuidade do ensino subsequente ao ensino primário, sendo que o ensino público passou a fixar metas no ensino pré-vocacional e profissionalizante.

Em seu artigo 130 (Constituição dos Estados Unidos do Brasil), havia redação complexa da gratuidade do ensino, uma vez que, a gratuidade do ensino era dever solidário da sociedade:

Art 130 - O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar. (BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1937)

Percebe-se que referida Carta Magna retirou a obrigação do Estado em prover a educação gratuita, ao contrário, afere-se o entendimento de que o governo queria que os mais abastados financeiramente arcassem com o ensino dos hipossuficientes. Instituiu-se o ensino público ou privado aos ricos, enquanto a população pobre ficou sem acesso a esses sistemas, restando à mesma, o ensino profissionalizante. Ensino esse que foi evidenciado no artigo 129 do mesmo dispositivo legal.

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos

necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1937)

Posto isso, em 1942, o Ministro Gustavo Capanema reformou alguns ramos do ensino, sendo tais reformas conhecidas como Leis Orgânicas. Entre tais mudanças, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o qual valorizava e valoriza o ensino profissionalizante.

Em 1946, ocorreu a promulgação de uma nova Constituição liberal e democrata. Determinava a obrigatoriedade do ensino primário e o Estado era o responsável para legislar sobre a educação brasileira, fazendo, ainda, voltar a vigorar o princípio da educação para todos, uma vez que era obrigatória: “Art 166 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” (BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1946)

Nesse diapasão, o sistema educacional era dividido em fundamental e supletivo. O primeiro nível era destinado às crianças com idade entre sete e doze anos, enquanto o segundo aos discentes com mais de treze anos. Frisa-se que o ensino

secundário possuía, além de outras funções, a formação do indivíduo para o ensino superior (BELLO, 2009).

A presente Constituição restabeleceu os princípios vigentes na Carta de 1934, onde se assegurava o ensino a todos, ministrado em casa e na escola. Já o ensino primário voltou a ser gratuito, no entanto, o ulterior somente seria sem custo para aqueles que comprovassem a falta ou ineficiência de recursos.

Art 168 - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;

II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;

III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes;

IV - as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores;

V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável;

VI - para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade;

VII - é garantida a liberdade de cátedra. (BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1946)

Após treze anos de discussão, em 1961, criou-se a Lei de diretrizes e Bases da Educação (LDB), possuindo o número 4.024, a qual, por sua vez, fixava os objetivos da educação; as estrutura; conteúdos curriculares; disciplinas obrigatórias; dentre outros pontos.

Cumprе ressaltar que a divisão do ensino, fixada pela LDB, era elaborada de forma que a educação pré-primária era

apenas para crianças com menos de sete anos (maternais ou jardins de infância); o ensino primário era de, no mínimo, quatro séries anuais para crianças a partir dos sete anos; já o ensino médio tinha o ginásio ou colegial (quatro anos), que hoje é conhecido como ensino médio; e por fim, o ensino superior, que possuía cursos de graduação, pós-graduação, aperfeiçoamento e extensão (PILETTI, 1990).

Referido período foi propulsor de inúmeras lutas em busca de melhorias da educação. Dentre as principais, pode-se citar a Campanha de Educação de Adultos (1947), encabeçada pelo professor Lourenço Filho que visava o preparo da mão-de-obra alfabetizada; o Movimento de Educação de Base (1961-1965), financiado pelo Governo Federal, que promovia a educação à distância por meio do rádio; e o Programa Nacional de Alfabetização (1964) que, por sua vez, deu origem à campanha contra o analfabetismo.

Em 1961, surgiu a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a Lei 4024/61 ou simplesmente LDB/61, como resultado do trabalho de dois grupos com orientações de filosofia partidária distinta. Os estatistas eram esquerdistas e defendiam que a finalidade da educação era preparar o indivíduo para o bem da sociedade e que só o Estado deve educar. Os liberalistas eram de centro/direita e defendiam os direitos naturais e que não cabe ao Estado garanti-los ou negá-los, mas simplesmente respeitá-los. Após quase 16 anos de disputa entre essas correntes, as idéias dos liberalistas acabaram representando a maior parte do texto aprovado pelo Congresso. A LDB/61 trouxe como principais mudanças a possibilidade de acesso ao nível superior para egressos do ensino técnico e a criação do Conselho Federal de Educação e dos Conselhos Estaduais, num esquema de rígido controle do sistema educacional brasileiro. A demora para aprovação da LDB/61 trouxe-lhe uma conotação de desatualização e, logo após sua promulgação, outras ações no âmbito de políticas educacionais públicas surgiram, desta vez, inseridas no cenário político de domínio militar. Por exemplo, em 1968, a Lei 5540/68 criou o vestibular e, em 1971, surgiu a Lei 5692/71, conhecida também como LDB/71, cuja função foi atualizar a antiga

LDB/61, como resultado do trabalho de membros do governo indicados pelo então Ministro da Educação Coronel Jarbas Passarinho. (BALBINO, 2012, p. 01)

Nesse entrave, vence o último grupo, que defendia as ideias dos liberais. Surge então, no ano de 1961 a primeira LDB, que possuía 120 artigos e tinha como pilares a aplicação de 12% do orçamento da União e 20% dos municípios na educação; o período letivo era de 180 dias; revertia dinheiro público para manutenção de escolas públicas, confessionais, comunitárias e filantrópicas; o ensino religioso era facultativo, dentre outros pontos.

Assim, a primeira LDB, retirou a educação, somente, das mãos do Ministério da Educação (MEC) – artigo 10; resguardou 12% da verba da União e 20% dos municípios para a educação (artigo 8 e 9); o professor do ensino médio deveria ter cursado ensino superior, obrigatoriamente (art. 59); o ano letivo deveria ser composto por cento e oitenta dias (art. 72); e as aulas de ensino religioso deveriam ser consideradas facultativas (art. 97).

Emcabeçado por Paulo Freire, o Programa Nacional de Alfabetização (1964) visava à alfabetização de adultos, possuindo como lema: “A leitura do mundo precede à leitura da palavra” (SOUZA, 2009, p. 01). Fato este que se permite dizer que a leitura da palavra somente possui significado quando precedida da leitura individual do interior do homem, dos olhares sob o mundo, cheiros, gestos, gostos, sentimentos, valores, e tudo o que existe na bagagem cultural do homem.

Nessa seara, no ano de 1964 aconteceu o Golpe Militar (foi instaurada a Ditadura Militar), interditando o governo de João Belchior Marques (Jango), o qual destruiu todas as políticas de tentativa de melhoria educacional. Professores foram demitidos e presos, estudantes feridos, presos e alguns mortos, e ainda, universidades foram invadidas e queimadas (ARANHA, 1996, p. 24).

No ano em comento, em nove de novembro, foi

intituida a Lei Suplicy de Lacerda, que, por sua vez, tentou extinguir os movimentos estudantis, substituindo a União Nacional dos Estudantes (UNE) pelo diretório Nacional dos Estudantes. Não obstante, os mesmos eram proibidos de se reunirem e de solucionar os problemas educacionais da época.

Todavia, a UNE, mesmo agindo na ilegalidade, não deixou de atuar, manifestando-se contra o atual governante e mobilizando diversas passeatas pelas ruas das principais cidades do Brasil. Consequência de tais manifestações foi a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, fato que gerou, ainda mais, revolta nos discentes.

Em referida época fora publicado o Decreto Lei nº. 477 (23 de fevereiro de 1969), que fez com que os alunos e professores não se manifestassem por meio da censura, sendo intituído, também, o vestibular classificatório, pois o governo precisava controlar o número de pessoas na Universidade (PINTO, 2009).

Em 15 de dezembro de 1967, por meio da Lei de nº. 5.379, criou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), com o intuito de extirpar o analfabetismo brasileiro utilizando como precursor o método Paulo Freire de jovens e adultos. Todavia,, tal movimento não logrou êxito, pois existiram diversas denúncias e comprovações de corrupção do mesmo.

As vagas em Universidades públicas eram limitadas, sendo que diversos jovens eram aprovados nos vestibulares mas não conseguiam crusar, pois não existiam vagas. Posto isso, o Governo Federal não disponibilizou mais vagas em redes públicas superiores, mas realizou a Reforma Universitária (1968), a qual criou o vestibular classificatório, pois assim era mais fácil acabar com o excedente.

Posteriormente, no ano de 1971, com a implementação do Regime Militar no governo de Emílio Garrastazu Médici, a

presente LDB que até então era liberal, sofreu mudanças. Passou a ter oitenta e oito artigos e tinha como principais características a inclusão da disciplina de moral, ética, educação artística, e o ensino religioso facultativo na grade curricular; o ano letivo passou a ter duzentos dias; a obrigatoriedade do ensino primário de primeiro grau dos sete aos quatorze anos; o ensino supletivo à distância passou a ser permitido; e os municípios deverão implementar 20% do seu orçamento na educação, enquanto em relação à União e aos Municípios nada foi previsto.

Entende-se que referida alteração da lei surgiu com a finalidade de transformar o ensino do segundo grau de forma obrigatória, tecnicista, onde os estudantes saíam da escola e inseriam-se diretamente no mercado de trabalho, o que, por sua vez, tornaria a procura por universidades públicas cada vez menor.

Compreende-se que o interesse do Estado era o de aumentar a mão-de-obra, a fim de se colocar o Brasil entre os países de primeiro mundo, uma vez que, o governo havia anunciado seu mandato como a “Era dos Milagres”.

No fim do Regime Militar, a discussão sobre as questões educacionais já haviam perdido seu sentido pedagógico e assumido um caráter político. Para se atingir tal momento, foi preciso o aumento de pensadores de outras áreas do conhecimento, os quais ampliaram a área da educação para outros flancos, tais como, novas visões a respeito da escola, sala de aula, didática, relação direta entre professor e aluno, e, dinâmica escolar.

Na primeira eleição pós-militarismo (1985), as últimas esperanças do povo quanto à melhoria da educação foram extirpadas, uma vez que, a população pedia as “Diretas Já”, com o intuito de empossar o seu representante democrata. Nesse contexto, o Código Eleitoral (grupo formado por eleitores com o intuito de eleger alguém), elegeu em 15 de

janeiro de 1985, como Presidente da República Federativa do Brasil, Tancredo de Almeida Neves. Todavia, antes de tomar posse o mesmo veio a falecer, assim, assumiu o seu lugar, José Sarney que permaneceu no poder até 1990.

Durante esse período histórico, em 1988 houve a promulgação da, até então vigente, Carta Magna, que trouxe em seu bojo alterações no quesito educacional. Assim, a primeira alteração paira na responsabilidade de prover a educação; esta passou a pertencer ao Estado, família e sociedade, possuindo como princípios a igualdade, liberdade, pluralismo, gratuidade, valorização do educador, gestão democrática e qualidade do ensino.

Nesse novo modelo constitucional, o Estado deverá atender aos estudantes, fornecendo ensino gratuito e obrigatório, que atenda às necessidades dos portadores de deficiência física, psíquica, etc., e às crianças de zero a seis anos. Estabeleceu, também, repasse mínimo de verbas federais (no mínimo, anualmente, 18%) e estaduais e municipais (no mínimo, anualmente, 25%) à educação, arrecadadas da receita resultante de impostos (Art. 21, Constituição Federal de 1988).

No ano de 1995 foi empossado como Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC), cuja campanha política, segundo alguns estudiosos, era utópica, posto que apregoava que o setor da educação receberia seu devido reconhecimento. Com pouco tempo de governabilidade, o então Presidente, anunciou uma política para a educação brasileira (LDB), ou seja, um novo projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o qual foi alvo de discussões durante seis anos.

Em um dos polos um grupo defendia que a educação deveria ser voltada aos fins sociais, enquanto o outro agrupamento argumentava que a destinação deveria ser estatal. No entanto, a reforma da LDB sedeu com base nas ideologias do primeiro grupo.

O termo LDB (Lei de diretrizes e Bases da Educação) regulamenta a educação no Brasil, onde teve surgimento no ano de 1934 com a Constituição Federal, conform já abordado. Contudo, somente foi aplicada em 1961, revisada em 1971 e nova promulgação em 1996.

No ano de 1988 houve a promulgação da nova Constituição Federal, sendo que a vigente LDB de 1961 foi considerada desatualizada diante dos novos preceitos constitucionais. Todavia, somente em 1996 os debates acerca da nova Lei de Diretrizes educacionais foram concluídos.

Assim, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, juntamente com o Ministro da educação Paulo Renato, no dia vinte de dezembro de 1996 estabeleceram as novas diretrizes para a educação brasileira. Referida Lei, por sua vez, tem como fundamento o direito à educação para todos; introduziu em seu texto a educação infantil na educação básica, dentre outras alterações.

Esse texto foi discutido durante alguns anos e teve duas propostas de mudanças. A primeira foi o projeto de Jorge Hage, o qual foi apresentado à Câmara dos Deputados. A segunda proposta, por sua vez, foi objeto dos ideais de três Senadores, Darcy Ribeiro, Marco Maciel e Maurício Correa, e foi enviado ao poder executivo.

Pode-se dizer que os principais pontos para a sociedade com a promulgação da LDB de 1996, foi de a União gastar no mínimo 18% e os estados e municípios 25% de suas receitas na manutenção do ensino público; o ensino fundamental passou a ser obrigatório e gratuito e a educação de creches e pré-escola passou a integrar a educação básica.

As principais características da atual LDB, residem no fato de que: o ensino fundamental é obrigatório e gratuito a todos; a carga horária da educação básica deve ser de 800 horas para 200 dias letivos; os professores da educação básica devem ter formação de nível superior; a União deve aplicar 18% de

sua receita na educação, enquanto os Estados e os Municípios 25% da mesma; e conhece a criação do Plano Nacional da Educação (PNE).

Vale dizer que a educação de acordo com a nova LDB, visa gerar competências que permitam ao docente um saber o que fazer, e não apenas um saber-fazer. Este deverá repensar acerca do termo educação, e motivar seus alunos a terem perspectivas em relação aos estudos. Sendo que estas devem ser desapertadas por meio de aulas motivantes onde o aluno sinta vontade de aprender e desenvolver-se (PACIEVITCH, 2012).

Saluta-se, ainda, que foi instituído o fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF – Lei de nº. 9.434/96), o qual propunha o aumento de números de vagas nas creches e pré-escolas, preferencialmente para a população de baixa renda, expandindo-se o número de matrículas de alunos com necessidades especiais sob o financiamento do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (PIOLLA, 2009).

Em relação ao ensino fundamental, aplicou-se o disposto na política do FUNDEF, ou seja, trazer o maior número possível de crianças com idade entre sete e quatorze anos para a escola, diminuindo a evasão escolar, elevando-se o número de discentes concluintes do ensino fundamental.

Argumenta-se que a atual LDB mudou os nomes das fases de ensino para básico, fundamental, médio e superior, exigindo, também, a necessidade de uma formação superior para a contratação de professores, o que, por ora, acabou com a função do “curso normal” de formação pedagógica.

No ano de 2003 aconteceu, efetivamente, a reforma universitária que possuía como foco a comercialização da educação, visando a atender os objetivos do Banco Mundial e do fundo Monetário Internacional (FMI), não primando pela quantidade do ensino.

Assim, as faculdades privadas deveriam receber verbas para oferecerem cursos gratuitos, sendo que o ensino à distância ganhou novos olhares, uma vez que a demanda pecuniária para sua manutenção é menor.

Nesse contexto, o governo utilizou-se de dois pilares de sustentação para a reforma. A primeira se fundamenta no sentido de a Universidade ganharia autonomia para capturar verbas do setor privado para seu custeio, enquanto o segundo pautava-se no fato de o poder estatal ajudar as instituições públicas de ensino superior no corte de gastos desnecessários, buscando, assim, financiamento privado das mesmas.

Tal reforma fora proposta pelo Banco Mundial, o que, por sua vez, evidencia o seu cunho, ou seja, mercantilidade educativa. Posto isso, fixaram-se olhares em vendas de cursos superiores como simples mercadorias, atuando as instituições, algumas, de maneira tecnicista quanto à formação do discente para o mercado de trabalho.

Dessa forma, debate-se o real papel funcional do Estado frente à educação, podendo-se interpretar que a autonomia, assegurada pelo artigo 207 da Constituição Federal de 1988, torna-se pouco plausível, vez que os estabelecimentos fornecedores de educação superior acabam por submeter-se ao mercado de trabalho e às empresas privadas.

Diante do acima exposto, pode-se dizer que, segundo o material analisado, a educação brasileira é constituída por rupturas visíveis, onde cada época histórica teve suas peculiaridades. Contudo, percebe-se que com essas inúmeras protusões educacionais, surgiram propostas escolares ineficazes, e que pouco contribuíram para a melhoria qualitativa da educação ofertada gratuitamente. Posto isso, a tendência nacional quanto à educação é a oferta de cursos técnicos, posto que o mercado de trabalho demanda, em sua maioria, habilidade e destreza física e não desenvolvimento do senso crítico e reflexivo do aluno.

Por fim, vale dizer que diversas pessoas reconhecem o Brasil como um dos países que vem caminhando, economicamente, para uma ascensão e a consequente redistribuição de renda, mesmo que em estágio dificultoso. Entretanto, para que se atinja esse nível, é preciso que haja o investimento na produção laboral, o que é permitido a partir de uma educação consolidada.

O ensino emancipatório pode ser capaz de desconstruir a visão deturpada da educação fornecida e exigida pela iniciativa privada, qual seja a formação de cidadãos meros reprodutores de algo que outrora fora visto em sala de aula. É preciso que o discente torne-se um crítico-reflexivo da realidade que o circunda, e por si, chegue às melhores conclusões diante da realidade que lhe é apresentada.

3 CONSIDERAÇÕES

Por todo o apresentado até o momento, pode-se dizer que a questão referente à educação se fez presente desde a chegada dos padres jesuítas ao solo brasileiro, sendo que, em tal período, a educação fornecida era voltada estritamente para o cunho religioso, visto que havia o intuito da colonização pela coroa e inserção dos mesmos como uma extensão de dominação e ocupação territorial.

Marquês de Pombal expulsou referidos padres com o que se conhece como Reforma Pombalina, a qual possuiu o intuito de demonstrar que antes de haver dedicação à educação, os povos deveriam dedicar suas vidas à Coroa Imperial.

Com a promulgação da Independência, a educação passou a ser vista como um direito assegurado a todos os cidadãos, enquanto a escola primária era gratuita e obrigatória. Nesse contexto, surgiu a ideia de educação profissional, momento em que transitava por um período capitalista, onde era necessária mão-de-obra qualificada, e para tanto, mister se

fez o investimento na educação tecnicista dos povos.

Verifica-se que os entes públicos não concederam olhares mais afetuosos à qualidade da educação em todo transcorrer histórico, eximindo-se da responsabilidade referente a esse setor, e por isso, ampliou a possibilidade de implementação de escolas e universidades particulares, pois se o cidadão busca um ensino de qualidade, é preciso contratar entidades particulares, posto que, o ofertado publicamente acaba, na maioria dos casos, por se tornar irrisório diante daquilo que o homem precisa compreender para se emancipar.

Em última análise, nota-se que durante toda a história da educação no Brasil, mudanças significativas aconteceram em relação à proteção desse direito fundamental, intransmissível, inalienável e impenhorável. Como dito outrora, referido direito é assegurado a todos pela Carta Magna, entretanto, não se prioriza a qualidade do seu fornecimento, mas sim o número em que é fornecido. Formam-se profissionais, na maioria dos casos, repetitivos de técnicas expostas em diferentes níveis de ensino.

Para que referido quadro seja revertido, necessário se faz um treinamento mais eficaz dos docentes; empenho dos mesmos em sala de aula (pois um professor mal preparado é capaz de destruir uma nação); investimento em infra-estrutura educativa que assegure o mínimo de um ambiente saudável; maiores salários aos professores; fiscalização dos recursos educacionais; ampliação das verbas destinadas ao ensino; maior autonomia docente; incentivo a programas de assistência social e psicológica para acompanhamento dos docentes, discentes e famílias; dentre outros fatores, haja vista que, se as migalhas destinadas à educação fossem reestruturadas, talvez houvesse progresso social capaz de dirimir ou atenuar a situação caótica em que os brasileiros se encontram.



4 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, Naomar de. *Universidade Nova: Textos críticos e esperançosos*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, Salvador, EDUFBA, 2007.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. 2ª edição. São Paulo-SP: Moderna, 1996.
- BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*. Texto promulgado em 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em 12 de abril de 2015.
- _____. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Texto promulgado em 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em 12 de abril de 2015.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições. 2006.
- CASTANHA, André Paulo. *A INTRODUÇÃO DO MÉTODO LANCASTER NO BRASIL: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA*. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1257/12>>. Acesso em 12 de abril de 2015.
- CRETELLA, Júnior José. *Comentários à Constituição de 1988*. VIII Volume. Rio de Janeiro-RJ: Forense Universitária. 1993.
- FÁVERO, Maria. *A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. Educar: Editora UFPR Curitiba, n.28, p.17-36, 2006.
- FERREIRA, Pinto. *Comentários à Constituição Brasileira*. 7º Volume. São Paulo-SP: Saraiva, 1995.

- FONTOURA, Amaral. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Introdução, Crítica, Comentários e Interpretação*. Rio de Janeiro-RJ: Gráfica Editora Aurora, 1968.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia Científica*. 4ª edição – São Paulo: Atlas, 2004.
- MUNIZ, Regina Maria F. *O Direito à Educação*. Rio de Janeiro-RJ: Renovar, 2002.
- NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de História, 1500-2000*. São Paulo: Melhoramentos, 1989.
- PILETTI, Claudino. PILETTI, Nelson. *História da Educação*. São Paulo-SP: Editora Ática, 1990.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira*. 17ª edição. Campinas-SP: Autores Associados. 2001.